



DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às 14 horas, no Auditório Diamante do Hotel San Francisco Flat, localizado na Av. Álvares Cabral, 967, Lourdes, Belo Horizonte/MG, teve início a 45ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de instalação (lista de presença anexa), o Presidente Suplente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos da **reunião preparatória**, restrita aos membros e integrantes do CIF, coordenadores de Câmaras Técnicas e pessoas atingidas, conforme detalhado a seguir.

O Presidente suplente consultou a plenária acerca do pedido do representante do Conselho Consultivo da Fundação Renova, professor Igor Assis, para fazer um anúncio referente às mudanças impostas pelo TAC-GOV na composição do Conselho.

O coordenador do Conselho Consultivo informou que em razão da limitação do tempo de mandato imposta aos conselheiros pelo TAC-GOV, vários membros decidiram se retirar de maneira que restam apenas 8 membros do 19 previstos e rogou para que o CIF e os atingidos indiquem os seus representantes em razão da importância das ações do Conselho.

R(1) - Informes Gerais da Secretaria Executiva e da Presidência do CIF.	
Presidência do CIF, Secretaria Executiva e coordenação do GAT/CIF	
Discussão	<p>O Presidente suplente abriu a reunião cumprimentando a todos e informou sobre a realização da Reunião Específica acerca dos Eixos Temáticos Prioritários realizada no último dia 21 de janeiro. Ressaltou que de acordo com a Deliberação 369, <i>ad referendum</i>, a Presidência do Comitê instituiu rito próprio para a realização das reuniões e que a SECEX vem cumprindo todos os prazos. Informou que a Deliberação nº 369 foi tomada no dia 24 de dezembro para possibilitar a primeira reunião e que será colocada para ratificação na parte aberta da reunião.</p> <p>Em seguida, o representante da Defensoria Pública da União e coordenador da CT-OS informou que a Fundação Renova excluiu do amplo debate do Sistema CIF os temas Cadastro, Indenização e Auxílio Financeiro Emergencial em razão da decisão judicial. Ainda, que a Renova deixou de apresentar diversos documentos que estavam previstos e informou que irão buscar medidas judiciais para dar continuidade às discussões.</p>

R(2) - Alterações de membros do CIF - Portaria nº 92, de 09/01/2020, publicada no D.O.U. de 15/01/2020. (6798256)	
Informe	Em seguida, a Secretária Executiva apresentou a Portaria nº 92, de 09 de janeiro de 2020, que alterou os membros titular e suplente do Governo Federal, o suplente dos municípios mineiros e o suplente do CBH-Doce.

R (3) Indicação para Conselho Consultivo da Fundação Renova. (6798272)	
SECEX/CIF	
Discussão	A Secretária Executiva apresentou o Parágrafo Quarto da Cláusula 48ª do TAC-GOV, que versa que o número de representantes do CIF no Conselho Consultivo será de duas pessoas, sendo um representante de ONG atuante na área marinha e outro representante de instituições acadêmicas que representarão o CIF por dois anos. Ainda, explicou que as pessoas indicadas não poderão ser dirigentes de partido político ou titulares de mandato eletivo em qualquer unidade da federação, ainda que licenciados desses cargos e funções, aplicando-se tais vedações aos parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, das pessoas indicadas.
Encaminhamento	ER45.1 – A SECEX encaminhará ofício aos órgãos constituintes do CIF solicitando as indicações para as vagas do Conselho Consultivo da Fundação Renova. Registro: na parte aberta da reunião, descrita a seguir, foi determinada abertura de inscrições pelos meios de comunicação do CIF para candidaturas às vagas a serem indicadas pelo CIF aos conselhos da Fundação Renova, ficando prejudicado este encaminhamento.

R(4) - Propostas de alterações do Regimento Interno do CIF.	
SECEX/CIF	
Discussão	<p>A Secretária Executiva apresentou as alterações propostas pela SECEX compilando as contribuições dos membros no Regimento Interno do CIF em relação ao § 15º do Art. 2º; incisos VII, X, XVIII, XIX, XX do Art. 5º; § 6º, §9º, §10º, §11º, §12º do Art. 10º; Art. 14; Art. 18; §2º do Art. 18.</p> <p>Em seguida apresentou as alterações sugeridas pela CT-SHQA em relação ao <i>caput</i> Art. 43 e §§ 1º e 2º.</p> <p>Lidas as propostas, foi aberta inscrição para os atingidos que discordaram da estipulação de 3 minutos para fala, devido a necessidade de representação de 39 municípios.</p> <p>O representante do MPE esclareceu que são cinco falas para cada item da pauta e que nem todos os temas são de interesse de todos. Ressaltou a inclusão da fala do ouvidor e que esse passe a se fazer presente.</p> <p>Várias manifestações dos atingidos em relação à dificuldade de participação.</p>

A representante do Estado do Espírito Santo sugeriu que em momento anterior à reunião seja organizada, junto com as Câmaras Técnicas, as manifestações dos atingidos para cada item de pauta.

O representante do MPE sugeriu que o texto projetado fosse disponibilizado para discussão e avaliação entre os membros e os atingidos, para deliberação durante a parte aberta dessa reunião ordinária. Sugestão acatada.

R (5) Encaminhamentos relativos aos Eixos Prioritários.

SECEX/CIF	
Discussão	<p>A Secretária Executiva explicou como foram definidos os eixos prioritários e quais são os encaminhamentos administrativos tomados pela SECEX para cumprir as tarefas e os prazos determinados pelo juízo.</p> <p>Amplio debate com reclamação dos atingidos sobre a não participação deles, por falta de convite e custeio na reunião específica de 21.01.2020 que definiu a manifestação do CIF ao juízo sobre a documentação entregue pela Renova, em cumprimento à decisão judicial expedida em 19 de dezembro de 2019.</p> <p>O representante do MPE fez ampla explicação sobre como foi feito o processo de definição dos eixos prioritários e os desdobramentos decorrentes. Explicou sobre as entregas que tiveram consenso e sobre as decisões do juiz, especialmente em relação à avocação da decisão final sobre alguns assuntos pela 12ª Vara Federal Cível, e não mais pelo CIF.</p> <p>A representante do Estado de Minas Gerais sugeriu que as decisões referentes aos eixos prioritários sejam publicados no site do CIF.</p>
Encaminhamento	<p>Encaminhamento ER45-2.A SECEX/CIF encaminhará tabela geral dos eixos prioritários às CTs para que avaliem as repercussões em deliberações de suas responsabilidades.</p> <p>Encaminhamento ER45-3.O Grupo de Assessoramento Técnico do CIF organizará, em parceria com a SECEX/CIF, uma reunião intercâmaras na véspera da próxima reunião ordinária para discutir os Eixos Prioritários.</p> <p>Encaminhamento ER45-4. A SECEX/CIF providenciará a publicação no site do CIF dos documentos referentes às decisões dos eixos prioritários tratados em juízo.</p>

R(6) - Análise do Orçamento da Fundação Renova para o ano de 2020.

SECEX/CIF	
Discussão	<p>A Secretária Executiva apresentou o <i>status</i> atual do Orçamento 2020 para as Medidas Compensatórias, destacando o demonstrativo dos valores atuais e o saldo a alocar.</p> <p>O coordenador do GAT/CIF informou sobre o andamento das indicações das CT's para a formação do GT-Orçamento 2020.</p> <p>Amplio debate com apontamentos sobre as dificuldades em avaliar os diversos orçamentos constantes dos programas da Renova.</p> <p>O representante da Ramboll explicou que existe um instrumento chamado "Estrutura Analítica de Custo" que consiste em analisar os custos de programas, projetos e contratos, o qual demonstra a alocação da verba para cada escopo. Informou que existe um segundo instrumento, chamado <i>Bowin these Soft Investment</i>, em que são listadas as estimativas de custos em detalhe para estimar o valor final do orçamento. Sugeriu que a Fundação Renova apresente esses instrumentos para todos os programas e para todos os projetos por CT.</p> <p>Ainda, informou que todas as alocações de verbas dentro da Renova são registradas no Sistema "SAP" (Sistema de Gerenciamento de Interno da Renova), no qual se registra, em uma estrutura analítica, em qual fase, projeto, etapa e programa a verba foi alocada, e se é referente à verba compensatória ou reparatória. Por fim, recomendou que o CIF requisitasse à Renova os dados para permitir a melhor análise pelas CT's.</p>
Encaminhamento	<p>Encaminhamento ER45-04 - A SECEX/CIF solicitará à Fundação Renova a documentação detalhada e acesso aos sistemas contábeis e orçamentários. O GAT/CIF fará Nota Técnica para embasar a solicitação. Até sexta-feira as CT's deverão indicar os membros para o GT-Orçamento 2020.</p>

R(7) - Análise e manifestação do documento "Resposta às alegações constantes na Nota Técnica nº 55" - Nota Técnica nº 61/2019/CTSHQA. (6847704)

Representante da Coordenação da CT-SHQA

Discussão	<p>O representante da CT-SHQA apresentou a Nota Técnica nº 61/2019/CT-SHQA, referente à análise do documento "Resposta às alegações constantes na Nota Técnica nº 55 da CT-SHQA" formalizada no Ofício SEQ2311/2019/WU, de 08 de novembro de 2019, apresentado pela Fundação Renova. A CT-SHQA considera pertinente a revisão dos prazos de conclusão das obras de construção de sistemas alternativos para captação, adução e melhoria das estações de tratamento de água, para as localidades que apresentem fatores que atrasam o cumprimento da Cl. 171 do TTAC, cujas soluções não dependem exclusivamente da Fundação Renova. Entretanto, para os demais casos, devem ser cumpridos o prazo definido no TTAC, tendo em vista que os pontos críticos da execução do programa configuram responsabilidade exclusiva da Fundação Renova, cabendo a aplicação de multa sancionatória.</p>
Encaminhamento	<p>Encaminhamento E45-05</p> <p>A SECEX/CIF encaminhará à IAJ/CIF consulta jurídica referente à questão descrita na Nota Técnica nº 61/2019/CTSHQA e documentos correlatos para avaliar a medida judicial cabível.</p>

R(8) - Considerações das Câmaras Técnicas a respeito dos pontos de Pauta da parte aberta da reunião.	
Representantes das CT's do CIF	
Discussão	<p>O representante da CT-SHQA apresentou ressalvas quanto à minuta de deliberação sobre o Plano Emergencial do Período Chuvoso. Recomendou a supressão do item 2, referente ao encerramento do atendimento feito por caminhões pipa, pois é recomendável manter o abastecimento de água durante o período emergencial. Recomendou que, em articulação com a representante da SEMAD/MG, seja garantido o abastecimento de água potável por meio de caminhão pipa, água mineral ou outro meio que se fizer necessário.</p> <p>O representante do MPF relatou sobre o revolvimento dos rejeitos em vários pontos da margem do rio Doce. Recomendou que a Fundação Renova providencie o apoio necessário à limpeza das áreas atingidas com lama e rejeitos, inclusive com a sua destinação ambientalmente adequada e medidas de mitigação dos efeitos adversos da poluição atmosférica pela poeira.</p> <p>Solicitação dos atingidos para fazer coleta de amostras de animais mortos, inclusive peixes. A Renova afirma que isso levará no mínimo 30 dias. Sugestão de nova deliberação para coleta desse material a tempo de avaliar a causa das mortes.</p>

A reunião preparatória foi encerrada as 18:00 horas.

1. ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA	
1.1. Apresentação dos presentes, aprovação da Ata da 44ª Reunião Ordinária e leitura da Pauta;	
Discussão	O Presidente suplente do Comitê Interfederativo, Sr. Thiago Carrion abriu a reunião às 9h15min com a verificação do quórum seguida da apresentação de cada um dos presentes, dispensada a leitura da pauta, colocou em votação a ATA da 44ª Reunião Ordinária.
Deliberação	Ata aprovada. Sem objeção.

1.2. Informes gerais.	
Discussão	<p>O Presidente suplente, Sr. Thiago Carrion, informou que foi realizada a primeira reunião especial do CIF referente aos Eixos prioritários, ocorrendo cinco deliberações já disponíveis no site do IBAMA. Deu oportunidade de possíveis questionamento dos presentes, destacando a presença dos representantes da VALE, BHP e Fundação Renova. Ressaltou que a presidência do Comitê Interfederativo recebeu os poderes para levar a cabo as deliberações necessárias quanto ao cumprimento destes eixos prioritários, mas entendeu por bem elaborar Deliberação ad referendum para posterior aprovação podendo haver eventuais ajustes que pudessem ser efetuados em reunião. Leitura da Deliberação 369/2019 ad referendum.</p> <p>O Sr. Thiago Carrion, sugeriu alterar a Deliberação para incluir a possibilidade de videoconferência para as próximas reuniões, viabilizando a oportunidade de um maior número de pessoas participarem e que o voto seja colhido publicamente pelo meio de comunicação principal do CIF/IBAMA, estabelecendo prazo, e que o Comitê Interfederativo receba as manifestações com as devidas impugnações por escrito, possibilitando uma plenária virtual. Colocado em votação e aprovado.</p> <p>O Sr. Malé Frazão representante do Ministério Público Federal, fez recomendações referente ao direito e qualidade quanto a participação dos atingidos em reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê Interfederativo. Houve manifestações dos demais membros do Comitê Interfederativo a favor de reuniões não presenciais expondo suas experiências positivas.</p> <p>Passou-se a discussão da necessidade de indicação de representantes do CIF nos conselhos Curador e Consultivo da Fundação Renova. Foi sugerida a abertura de inscrições para possibilitar a indicação de nomes diversos que seriam escolhidos em reunião do CIF. Foram lidos os requisitos constantes no TTAC e TAC-GOV para participação nos Conselhos. Com a concordância de todos foi sugerida abertura de inscrições via e-mail, a cargo da SECEX/CIF, para os contatos do CIF e apresentação de nomes na próxima reunião do CIF.</p>
Encaminhamento	E-45-01 - A Secretaria Executiva deverá abrir inscrições com prazo determinado, onde os que pleitearem participação no Conselho Curador e Consultivo deverão apresentar suas documentações e currículos.
Deliberação nº 369 referendada	Aprovado com inclusão do item 3.3. Sem Objeção.

2. Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT-PDCS)	
2.1. Análise da versão 4 do Programa de Informação para a População (novembro/2019).	
Discussão	O Sr. João Paste coordenador da Câmara Técnica Participação de Dialogo e Controle Social - PDCS, fez apresentação da Nota Técnica nº 20/2019/CT-PDCS/CIF, referente ao Programa PG-35 com intuito de demonstrar o resgate e a guarda da memória dos processos relacionados ao desastre ocorrido com o rompimento da barragem em Mariana/MG. Acrescentou que a Nota Técnica propõe aprovação do documento revisado, que apresentou melhorias de escopo, com ressalvas com o prazo até a Revisão dos Programas. Leitura da minuta de Deliberação. Colocado em Votação.
Deliberação nº	Aprovado com alteração no texto. Sem objeção.

376

3. Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)**3.1. Aprovação, com ressalvas, da definição do Programa de Promoção da Qualidade de Vida e do Turismo.**

Discussão	<p>A Sra. Camilla Nogueira, representante da Câmara Técnica de Educação Cultura Esporte e Lazer, apresentou a Nota Técnica que aprova com ressalvas a nova definição do PG-13 destacando que o programa possui cunho compensatório e reparatório. Informou que foi realizada uma nova avaliação do programa devido a novos projetos criados e que a Nota Técnica traz resultados das discussões coletivas. Relatou que do ponto de vista da infraestrutura, o programa contemplará algumas comunidades com construções de acessos viários, além dos que já estavam previstos no programa. Considerou importante que todo o uso de água seja feito mediante laudos e relatou que essa premissa guiou o edital Doce e outras ações do PG-13. Informou a importância dos modos de vida e de produção das comunidades atingidas, levando em conta suas tradições. Afirmou que o PG-13 traz o fomento ao turismo e a promoção da recuperação da qualidade de vida e apresentou os pontos de alteração realizados nas versões do escopo apresentado pela Fundação Renova e as melhorias necessárias identificadas a partir da análise da CT-ECLET.</p> <p>O Sr. Severino Alves, membro do CIF e representante do Governo do Estado e da Prefeitura de Linhares/ES, considerou que o orçamento do programa será definido na medida que os planos de intervenção e projeto estejam alinhados, considerando que após a deliberação nº 239 que aprovou a manutenção viárias, foram somados esforços para elaboração de projetos e orçamentos. Solicitou que a engenheira Fernanda Buzato apresentasse o status dos projetos e os respectivos orçamentos.</p> <p>A Sra. Fernanda Buzato, representante da DER-ES, apresentou os empreendimentos rodoviários e as obras de pavimentação a serem realizadas e a previsão de custo para cada uma delas. Mediante alguns questionamentos dos membros do CIF, a Sra. Camilla Nogueira informou que o nome do programa foi alterado internamente na Fundação Renova, sem necessidade de alteração no TTAC. A Sra. Fernanda Buzato informou que todo o processo de licenciamento das ações nos acessos viários está incluso no prazo de 18 meses. O Sr. Severino Alves informou que as obras serão executadas pelo estado do Espírito Santo por meio do DER e a Fundação Renova fará somente o repasse de valor e acompanhamento técnico. O representante da Fundação Renova, Sr. Felipe de Andrade, apresentou o posicionamento da Fundação, sem objeções da proposta apresentada pela Câmara Técnica, uma vez que o assunto foi amplamente discutido em conjunto. Relatou que todo trabalho foi orientado com base na Nota Técnica nº 16, aprovada pelo CIF e que após discussão ficou definido que a Fundação Renova teria papel finalístico desde que o projeto seja aprovado em todo o sistema de governança.</p> <p>O Sr. Ênio Fonseca, representante do MMA, se manifestou quanto à fala do representante da Fundação Renova e considerou que a mesma trouxe apreensão, visto a urgência das ações apresentadas. Considerou ainda que a Fundação Renova se posiciona de forma ritualística e que se processo de governança não for alterado, todas as ações serão realizadas de forma muito lenta.</p> <p>O Sr. Severino Alves, concordou com a manifestação do representante do MMA e considerou que assim que a Fundação Renova repassar o recurso, as obras serão feitas com brevidade. Reforçou que há um consenso entre a Fundação Renova e o Estado do Espírito Santo. Leitura minuta de deliberação. Colocada em votação.</p> <p>O Sr. Duarte Júnior, Prefeito de Mariana/MG e membro do CIF, se manifestou favorável ao projeto e exemplificou o processo de aprovação de obras desta magnitude e sugeriu que o Comitê Interfederativo entre em contato com o Conselho Curador da Fundação Renova para solicitar celeridade no fluxo de aprovação. O Sr. Thiago Carrion, Presidente suplente do Comitê Interfederativo por sua vez, considerou que o Conselho Curador não tem poder revisório dos atos do Comitê Interfederativo. Relatou que se ficar definido pelo Conselho Curador o descumprimento de deliberação do CIF, continuarão sendo aplicadas penalidades. Houve exemplificação de atrasos em obras de pavimentação por parte da Fundação Renova e também do posicionamento contrário do Conselho Curador às decisões do CIF. A Sra. Isabella Guerreiro, representante da Fundação Renova informou que a Fundação Renova possui um rito de aprovação de decisão, previsto no TTAC e relatou que a equipe da Fundação Renova tem que seguir as definições do Conselho Curador. Informou que a aprovação do repasse da verba está sob análise do conselho e que o entendimento da Fundação Renova, que é de cunho compensatório. Concordou com o prazo sugerido de pela mesa do Comitê Interfederativo de 60 dias para apresentar os instrumentos para acordo.</p>
Deliberação nº 377	<p>Aprovado com alteração no texto. Sem objeção.</p> <p>Registre-se que no dia 07.02.2020 foi retomado o texto desta deliberação para incluir o item Estruturação das Estradas do município de São José do Goiabal em Minas Gerais no escopo do Programa PG-13.</p>

Extra Pauta**Plano de Ação referente ao período chuvoso**

Discussão	<p>O Sr. Daniel Pinho representante do GAT, informou sobre o alinhamento realizado em reunião preparatória do Comitê Interfederativo na qual se deu a emissão da minuta de Deliberação quanto ao Plano de Ação do Período Chuvoso. Preferiu leitura da minuta de Deliberação citando as propostas para o Período chuvoso. Colocado em votação.</p> <p>A Sra. Isabella Guerreiro, representante da Fundação Renova informou que a Fundação Renova realizará implementações conforme previsto no Plano de Ação do Período Chuvoso.</p>
Deliberação nº 378	Aprovada sem objeção.

Extra Pauta**Reposição de Coagulante para ETA da cidade Colatina/Espírito Santo**

Discussão	<p>O Sr. Daniel Pinho representante do GAT, apresentou a minuta de Deliberação referente ao Ofício da prefeitura de Colatina solicitando a reposição do estoque de coagulante e a substituição dos reservatórios da ETA IV para o município de Colatina/ES. O Sr. Gilberto Sipione, coordenador suplente da Câmara Técnica SHQA, informou que o interesse do Ofício enviado é de que seja fornecido o coagulante independentemente da marca. A secretária executiva do CIF informou que devido a manifestação da representante da Fundação Renova, identificou que não há divergência quanto</p>
------------------	--

	ao entendimento, uma vez que o interesse geral é a adequação da qualidade da água para consumo da população. Colocado em votação.
Manifestação Fundação Renova	A Sra. Isabella Guerreiro, representante do Jurídico da Fundação Renova, informou que o coagulante a ser fornecido será o que já está previsto no Plano de Ação do Período Chuvoso.
Deliberação nº 379	Aprovado sem objeção.

Às 12h houve início do intervalo para almoço, com retorno às 14h partindo-se para o item 4 da pauta.

4. Oportunidade de fala aos atingidos em temas gerais.	
Discussão	<ul style="list-style-type: none"> • O Sr. Manoel, representante dos atingidos do Estado do Espírito Santo, recomendou sobre a continuação dos estudos no período da cheia, uma vez que é identificado movimentação de rejeito. Também o cumprimento da deliberação para estudos e reconhecimento do município de serra após os estudos para ter garantia de saúde. • A Sra. Eliana representante dos atingidos da cidade de Povoação/ES, agradeceu aos representantes do Estado de Espírito Santo e a Prefeitura de Linhares/ES pela conquista referente a deliberação proposta pela CT-ECLET. • O Sr. Derli, representante dos atingidos da cidade de Naque/MG, informou que o rejeito que estava localizado em Candonga/MG, com a chuva dos últimos dias do ano de 2020, desceu pelo rio e fez com que perdesse toda a plantação existente de muitos agricultores. <p>Sr. Thiago Carrion, Presidente suplente do Comitê Intfederativo, lembrou sobre a aprovação do Plano de ação referente ao período chuvoso onde terá uma ação efetiva devido as chuvas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Sra. Joelma, representante dos atingidos da cidade de Ilha Brava/MG, solicitou o reconhecimento das Ilhas. Não aceita o posicionamento da Fundação Renova que estas Ilhas pertencem a União, uma vez que das Ilhas que são fornecidos o sustento de gerações de algumas famílias. Informa do impacto da deposição de rejeitos nas ilhas com as chuvas. • A Sra. Maria Rosa solicitou ao Ministério Público Federal e ao CIF que seja revisto quanto a Matriz de Dano. Também solicitou que a Fundação Renova realize a política de Indenização. Anunciou que haverá manifestações na linha férrea. Ressaltou sobre a importância da assessoria Técnica. • A Sra. Terezinha da cidade de Baixo Gandú, informou que a pesca de subsistência esta paralisada desde março/2018 e quer saber quando vai retornar. Pediu explicações sobre política do areeiro, vendedor de peixe e do artesanato. Pediu também explicações sobre a situação quanto a inclusão dos dependentes no auxílio financeiro. • A Sra. Cristiellen da Cidade de Barra do Riacho/ES, falou sobre sua chateação com o fim do programa onde teve participações de jovens. Fez um breve relato sobre o projeto de Baixo Gandu/ES, onde também teve fim e solicitando o andamento dos mesmos referente ao Programa “O Futuro do Rio Doce somos nos”. • A Sra. Márcia de Povoação/ES apresentou sua indignação quanto a retorno da Fundação Renova quanto aos erros de cadastro realizado pelos atingidos e que precisam ser verificados, pois existem vários erros provenientes da Fundação Renova. Também ressaltou quanto a infraestrutura do comercio que esta deixando a desejar, pois depende do turismo para os comerciantes da região e demais localidade. • A Sra. Silva Pires, da cidade de São Matheus/ES ressaltou sobre os erros de cadastro da Fundação Renova onde seu CPF está relacionado a 3 categorias. Destacou sobre as dificuldades enfrentadas quanto ao período chuvoso que esta ocorrendo no ano de 2020. Pediu para que seja verificado em nome de todos os atingidos. • A Sra. Valeriana, da cidade de Naque/MG pediu retorno sobre a Silagem, que é um assunto que já foi discutido e que ainda não se teve retorno. Relatou sobre a dificuldade das comunidades quanto as fortes chuvas que vem ocorrendo. Fez relatos quanto o atraso de custeio, cestas básicas, silagem, reconhecimento dos ilheiros. <p>O Sr. Thiago Carrion destacou que parte das manifestações indicando determinados atos ficou considerada como desabafo devido ao momento de exaltação. O Sr. Daniel Pinho GAT/CIF ressaltou sobre a deliberação quanto ao Plano de Ação do período chuvoso e quanto a Silagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Sr. Benilde da cidade de Aimorés e Resplendor/ES relatou sobre a dificuldade quanto ao fornecimento da água e pediu atenção especial para a cidade de Resplendor pois esta em situação crítica. Também ressaltou sobre o retorno da Fundação Renova quanto as Ilhas serem terras da União, mas o que ele pede é que seja verificada a questão dos agricultores que produzem nestas terras e que foram atingidos devido ao desastre, e que pede indenização a todos os agricultores que foram prejudicados, por não ter mais plantação. • A Sra. Creuza Fernandes, da cidade de Revés do Belém/MG, informou que defende os pescadores de subsistência pedindo um prazo para que a Fundação Renova apresente a situação dos pescadores de subsistência. <p>O Coordenador da CT-OS informou que será enviado ao CIF uma Nota Técnica sobre o pescador de fato, que acredita que responde os questionamentos dos atingidos. Quanto a Pesca de Subsistência, será verificada a paralisação indevida da política e que a Defensoria Pública atuará.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> O Sr. Lelis, da cidade de Conselheiro Pena/MG, informou que as terras da Serra de Padre Anjo não estão incluídas no Programa aprovado pela CT-ECLET e também no TTAC. Solicita a inclusão da mesma, pois na época da tragédia, foi fonte de abastecimento de várias cidades com água potável através de 8 cachoeiras existentes em sua dimensão e acredita que na possibilidade de uma nova tragédia, seja fonte segura de abastecimento de água para uma grande região. O Sr. Eneias Filho, de Conceição da Barra/ES, solicitou a Fundação Renova clareza quanto ao andamento do processo quanto ao cadastro, uma vez que as comunidades estuarinas já foram consideradas cidades atingidas e sua população está passando fome, pois não estão recebendo o cartão emergencial e indenizações devidas. O Sr. Jandir, de Periquito/MG, pediu em defesa dos atingidos que seja revista a situação do cadastro das Ilhas que ainda não foram reconhecidas, reconhecimento dos artesãos e sobre as pessoas que tem as barracas construídas a beira das estradas.
Discussão	O Sr. Neto Barros, Prefeito da Cidade de Baixo Guandu, ressaltou sobre uma solicitação já apresentada quanto a possibilidade de realização de um Fórum para que as Câmaras Técnicas apresentem qual o percentual de resolutividade por observar as mesmas cobranças e entre elas os níveis de dificuldade de sobrevivência destacando, assim, prioridade na resolução quanto aos cadastros e indenizações de todos os atingidos. O Sr. Thiago Carrion, Presidente suplente do Comitê Interfederativo explicou que já está judicializada a situação do PIM e AFE. Solicitou encaminhamento quanto a situação dos cadastros para CT-OS.
Encaminhamento E45-02	CT-OS apresentar alternativa quanto a resolução dos Cadastros na próxima Reunião do CIF.

5. Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI)	
5.1. Notificação da Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação nº 354/2019.	
Discussão	O Sr. André Serreti, coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação, contextualizou a problemática relacionada ao fornecimento da Silagem. Posteriormente, apresentou proposta de deliberação para que Fundação Renova seja notificada quanto descumprimento da Deliberação nº 354. Leitura da minuta de deliberação. Colocada em Votação.
Manifestação	A Sra. Isabella Guerreiro, representante da Fundação Renova manifestou discordância e informou que a discussão faz referência ao eixo 8, que se concentre na 12ª Vara, onde deverão ser realizadas as discussões sobre o tema. Considerou ainda que as discussões deve retornar ao CIF e a Câmara Técnica após decisão judicial. O Sr. Thiago Carrion, Presidente suplente do Comitê Interfederativo relatou que está vedado ao CIF o poder de notificação da Fundação Renova.
Deliberação nº 382	Aprovado com alteração de texto e discordância da Fundação Renova. O Comitê Interfederativo encaminhará ao juiz federal da 12ª Vara, ofício quanto ao eixo prioritário 8 item 3.2, bem como os documentações da deliberação nº 354.

Retirado de pauta o item 5.2 pela CT, passou-se ao item 7 da pauta, com temas solicitados pela CT-SHQA conforme relatado a seguir:

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.1. Ressarcimento do Município de Colatina/ES, no âmbito do Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos.	
Discussão	A Sra. Vivian Vervloet, representante da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, fez uma breve explicação sobre o programa destacando o valor de 500 milhões de reais disponibilizado para a Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos no âmbito das Cláusulas 169 e 170 do TTAC. Relatou sobre a responsabilidade dos Bancos e da Câmara Técnica mediante ao repasse do recurso e todo o envolvimento técnico presente no processo, como exemplo, a análise técnica de cada projeto pleiteados pelos municípios. Fez apresentação do pleito do Município de Colatina/ES, onde é solicitado o ressarcimento quanto a implantação de estações elevatória de esgoto e linhas de Recalque, uma vez da necessidade de urgência destas obras e devido ao atraso da Fundação Renova de assinatura de contrato com o Banco BANDES, não houve a possibilidade de repasse dos valores em tempo hábil. O Sr. Gilberto Sipione, coordenador suplente da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água destacou que a solicitação é um reembolso por já ter ocorrido o repasse do recurso por meio do Município, solicitando que seja utilizado o mesmo trâmite adotado na 37ª Reunião Ordinária do CIF. Leitura da Minuta de Deliberação. Colocado em Votação o Encaminhamento.
Encaminhamento E45-03	Fundação Renova procederá o repasse de recursos de reembolso ao município de Colatina conforme apresentado em Nota Técnica nº 63, após análise e aprovação da documentação dos municípios pelo BANDES (Banco/ES) conforme fluxograma definido pelo CIF no contexto do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.2. Ressarcimento do Município de Dionísio/MG, no âmbito do Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos.	
Discussão	A Sra. Vivian Vervloet, representante da Câmara Técnica da Segurança Hídrica e Qualidade da Água, relatou sobre o pleito da cidade de Dionísio/MG quanto a obra para Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos e a aquisição do terreno para a construção da ETE. Apresentou a Nota Técnica nº 60. Leitura da Minuta de Deliberação.
Deliberação nº 380	Aprovado sem objeção.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
---	--

7.8. Aprovação com Ressalvas do Plano de Amostragem e Análise de Água, Sedimento e Material Inconsolidado na Barragem de Nova Santarém, Diques S3 e S4, Córrego Mirandinha e Rio Gualaxo do Norte.	
Discussão	A Sra. Emília Brito, representante da Câmara Técnica Segurança Hídrica e Qualidade da Água apresentou a Nota Técnica nº 47 quanto ao plano de amostragem do complexo de Germano. Fez um breve histórico sobre todo o processo ocorrido referente ao Plano da Renova, destacando a boa aderência a todas as solicitações da CT junto ao Programa PMQQS, mas houve a necessidade de realizar algumas ressalvas devido a necessidade encontrada da equipe técnica voltar ao campo para a realização de novas coletas. A Sra. Emília Brito ressaltou sobre a importância de aproveitar o período chuvoso, solicitando assim, a necessidade de complementar o programa com os apontamentos constantes em Nota Técnica, desconsiderando a necessidade de refazer o Programa e gerar um atraso em todo o andamento do processo. Leitura de Deliberação. Colocado em Votação.
Deliberação nº 381	Aprovado com alteração no texto, sem objeção.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.3. Custeio para reuniões e vistoria.	
Discussão	A Sra. Emília Brito, representante da Câmara Técnica Segurança Hídrica e Qualidade da Água, informou que a sequência de Notas Técnicas apresentadas, se relacionam com o Programa de Monitoramento chamado PMQQS, para monitoramento da Qualidade da água. A Primeira Nota Técnica de Nº 52, relata várias situações quanto aos erros do setor de custeio da Fundação Renova, que refere até na segurança da equipe técnica. Ressaltou quanto ao apoio recebido pela equipe de secretariado em especial a secretária da CT-SHQA Bruna Domingos, que até fora do seu expediente, prestou apoio para que a equipe não ficasse sem os retornos necessários. A Sra. Moara Giasson, Secretária Executiva do Comitê Interfederativo, informou que na última Reunião do Comitê Interfederativo, foi deliberado um encaminhamento a pedido da Câmara Técnica de Organização Social, que as Câmaras Técnicas sugeriram fluxo de prazos para recebimento de informações técnicas e logísticas das reuniões das CT's.
Registro em Ata	Registro em ata que foi feito o Encaminhamento que trata do mesmo tema: E44-03 - As Câmaras Técnicas deverão sugerir fluxo com prazo unificado para discussão em uma próxima reunião. CIF aguarda o envio pelas CTs.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.4. Resposta ao OFI.NII.022019.5554-04, que trata do retorno aos questionamentos levantados na NT n.º30 GTA-PMQQS. - Nota Técnica nº 53/2019/CT-SHQA (6847753)	
Discussão	A Sra. Emília Brito, representante da Câmara Técnica da Segurança Hídrica e Qualidade da Água apresentou a Nota Técnica nº 53, que consta o retorno da Fundação Renova quanto as questões complementares e corrigidas referente aos questionamentos realizado pela Câmara Técnica como metodologias equivocadas, laboratório despreparado entre outros, mas que ainda não chegou nenhuma comprovação em relatório para a Câmara Técnica.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.5. Vistoria para redefinição de locação de pontos de monitoramento nos Estuários monitorados no âmbito do PMQQS. - Nota Técnica nº 54/2019/CT-SHQA (6847761)	
Discussão	A Sra. Emília Brito, representante da Câmara Técnica da Segurança Hídrica e Qualidade da Água apresentou a Nota Técnica nº 54 referente a vistoria de Estuários onde foi identificada a realocação dos pontos atuais e exclusão de monitoramento de alguns estuários, não tendo relação com o rompimento da barragem, solicitando a exclusão do PMQQS.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.6. Readequação da Proposta de Revisão Bi-anual do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS) de Água e Sedimentos. - Nota Técnica nº 56/2019/CT-SHQA (6847768)	
Discussão	A Sra. Emília Brito, representante da Câmara Técnica da Segurança Hídrica e Qualidade da Água apresentou a Nota Técnica nº 56, fez breve explicação sobre o Programa relembrando sobre a Nota Técnica nº 46 que destacava a importância quanto a vistorias. Explicou que a Nota Técnica nº 56 apresenta pontos de propostas de adequação da revisão do PMQQS. <ol style="list-style-type: none"> 1. Seminário de Revisão do PMQQS; 2. Alteração nos Pontos de Monitoramento; 3. Alteração na frequência de Coleta; 4. Alterações nos Parâmetros Monitorados; 5. Alterações do escopo da Avaliação Ecotoxicológica; 6. Controle de Qualidade; Leitura da minuta de deliberação. Colocado em Votação.
Manifestação FR	A Representante Técnica da Fundação Renova, se manifestou informando que foi enviado um ofício em resposta apresentando desacordo com os parâmetros apresentados, uma vez que não são componentes do rejeito e assim o entendimento é de que o PMQQS já possui a robustez necessária para as devidas respostas. Informou também que os

	parâmetros apresentados serão contemplados na análise de risco da saúde humana e ecológico pela GAISMA, conforme determinação judicial.
Deliberação nº 383	Aprovado com objeção contrária da Fundação Renova.

7. Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA)	
7.7. Análise do Relatório Trimestral Simplificado do período de julho a setembro de 2019. - Nota Técnica nº 57/2019/CT-SHQA (6847795)	
Discussão	A Sra. Emília Brito apresentou a Nota Técnica nº 57 que trata da análise do relatório semestral simplificado dos dados brutos. Informou que a Fundação Renova encaminhou o relatório e que apresenta um bom resultado, apesar da necessidade de realizar algumas considerações. Acrescentou que os dados brutos não podem ser validados pois ainda consta ausência de alguns processos para a validação e publicização.

6. Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)	
6.1. Notificação da Fundação Renova pelo descumprimento de solicitação da CT-GRSA relava ao Estudo Expedido da Mancha de Inundação da Cheia de 2016 no Rio Doce.	
Discussão	<p>O Sr. Gilberto Fialho, coordenador da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental apresentou discussões realizadas sobre o Estudo Expedido da Mancha de Inundação da Cheia de 2016 no Rio Doce e as requisições feitas a partir da análise da CT-GRSA ao documento. Informou que a Fundação Renova não atendeu as requisições e encaminhamentos definidos pela CT-GRSA e por isso há pedido de notificação. Relatou que em contestação ao pedido de notificação, a Fundação Renova considerou que não houve descumprimento da Nota Técnica e dos encaminhamentos.</p> <p>O Sr. Thiago Carrion, Presidente suplente do Comitê Interfederativo, considerou que não cabe notificação à Fundação Renova uma vez que não havia sido deliberado pelo CIF. Considerou ainda que é necessário deliberar para que a Fundação Renova apresente as readequações e atendimento as requisições da CT-GRSA.</p> <p>O Sr. Lelis Barreiros, de Conselheiro Pena, relatou que existem atingidos dispostos a auxiliar no monitoramento de rejeito. Informou que a Fundação Renova está colhendo termos de anuência para coletas no território e que a Fundação Renova não comunica as comunidades sobre as ações a serem realizadas no território. Ressaltou a importância em se preocupar com o rejeito, visto que ele intensifica as cheias nos territórios. Solicitou que quando houver qualquer tipo de monitoramento, os atingidos sejam comunicados.</p> <p>O Sr. Gilberto Fialho solicitou que fosse mantido o pedido de notificação a Fundação Renova até a data definida para entrega e caso os documentos sejam de fato apresentados, a notificação seja retirada.</p> <p>Leitura da minuta de deliberação. Colocado em Votação.</p>
Manifestação	A Sra. Melina Alencar, representante da Fundação Renova, relatou as respostas dadas a CT-GRSA em relação a cada requisição da NT nº 21. Houve amplo debate técnico entre a Fundação Renova e a coordenação da CT-GRSA.
Deliberação nº 384	Aprovado com alteração de texto retirando-se a notificação.

Item 6.2 retirado de pauta por estar judicializado.

6. Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)	
6.3. Aplicação de penalidades à Fundação Renova pelo não atendimento da Deliberação nº 345/2019	
Discussão	O Sr. Gilberto Fialho, coordenador da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental apresentou discussões realizadas referente a análise de impactos socioambientais das opções de barramento (implantação e operação) nas Lagoas Juparanã e Nova, no Estado do Espírito Santo, afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Relatou que devido aos constantes atrasos na entrega dos estudos relacionados ao tema que está previsto no TTAC, conforme cláusula 247, parágrafo sexto, sugere-se a aplicação de multa pelo descumprimento da Deliberação nº 345/2019.
Manifestação FR	<p>A Sra. Isabella Guerreiro, representante da Fundação Renova, manifestou discordância quanto a aplicação de multa, considerando que não houve atraso, visto que o estudo foi entregue alguns dias após o recesso de fim de ano. Considerando que os órgãos públicos estavam de recesso e não analisariam o documento neste período. Reforçou que a obrigação foi cumprida com efetividade.</p> <p>O Sr. Gilberto Fialho, relatou que os órgãos públicos não estavam de recesso e que os estudos entregues estão em análise.</p>
Registro	Após manifestação do Presidente suplente, Sr. Thiago Carrion, ficou definido que a CT-GRSA analisará o documento entregue pela Fundação Renova para concluir se ele atendeu a requisição da Câmara. O item será acrescentado na pauta da 46ª Reunião Ordinária do CIF e caso se conclua que o documento não atendeu ao solicitado, será aplicada penalidade.

Extra pauta- Propostas de alterações do Regimento Interno do CIF	
Discussão	Com base nas discussões havidas na parte fechada da reunião foi elaborada proposta de deliberação para alteração do

	<p>Regimento Interno do CIF. Foram lidos os pontos a serem alterados e solicitada contribuições ao texto. O Presidente suplente do Comitê Interfederativo, Sr. Thiago Carrion, apresentou sugestão adicional de alteração do Regimento que pode contribuir para celeridade das reuniões, que é a solicitação de documentos. Sugere ser outorgado à presidência os poderes de requerer documentos a Fundação Renova. Caso seja entendido pela Fundação Renova algum tipo de abuso, pode ser apresentado pedido de reconsideração ao Comitê Interfederativo, retirando assim qualquer risco de abuso de poderes.</p> <p>“Os representantes e procuradores de pessoas jurídicas e direito privado, como acessórios Técnicas, serão representadas da forma de procuração a ser apresentado à SECEX, assegurando a regularidade e poderes de representação.” Houve manifestações dos membros do Comitê Interfederativo a favor da alteração propondo ajustes no texto, destacando uma reunião própria dos atingidos junto ao ouvidor, onde será facultado o direito de fala em reunião e conferência posterior junto aos atingidos.</p> <p>Dr. Leonardo Maia se posicionou entendendo e concordando que o intuito das alterações é tornar mais celere, descomplicando a reunião, mas entende que é importante a decisão do Comitê Interfederativo em reunião. Ressaltando que o fato de a decisão ser de apenas uma pessoa, sendo ela relator ou o próprio Presidente da mesa e assim retirando a possibilidade de apreciação dos membros do Comitê, vindo um risco de macular o caráter de decisão colegiada que o Comitê possui, sugerindo a supressão desta proposta.</p>
Deliberação nº 391	Aprovado a alteração no texto do Regimento Interno conforme sugestão da Presidência, com a decisão da maioria simples dos membros do Comitê Interfederativo após amplo debate, solicitando à SECEX a consolidação das informações no Regimento Interno.

A reunião se encerrou às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, aos seis dias do mês de fevereiro de 2020, no Auditório do Hotel São Francisco, localizado na Avenida Álvares Cabral, 967 – Lourdes, Belo Horizonte – MG.

Foi retomada a 45ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, instituído no âmbito do TTAC e TAC-Gov, referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG, no dia 07 de fevereiro de 2020 às 9h00. Verificado o quórum de instalação (lista de presença anexa), o Presidente Suplente do Comitê Interfederativo cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, como detalhado a seguir.

8. Câmara Técnica de Biodiversidade (CT-BIO)	
Discussão	O Sr. Frederico Martins, Coordenador da Câmara Técnica da Conservação da Biodiversidade, informou sobre a Cláusula 164 que se refere a Conservação da Ictiofauna e suas 3 etapas, sendo elas: 1ª Etapa – Diagnóstico; 2ª Etapa - Análise do Status Conservação das espécies; 3ª Etapa - Plano de conservação. Expôs a dificuldade por parte da Fundação Renova em atender a alínea “a”, referente a primeira etapa. O Sr. Frederico Martins relatou que foi deliberado pelo Comitê Interfederativo, uma notificação que se refere a Lista de Tombamento de peixes e ausência dos Dados brutos e dados secundários no formato padrão já solicitado estabelecendo prazo de cumprimento. Informou ainda que mesmo com a ausência na primeira etapa, foi iniciada a segunda etapa que até o momento, não foi identificado nenhuma anomalia. Por fim, informou que o prazo da notificação se esgotou e a Fundação Renova ainda não sanou as pendências existentes desta cláusula. Leitura da minuta de deliberação. Colocado em Votação.
Manifestação FR	O Sr. Bruno Pimenta representante da Fundação Renova, informou que reconhece os erros encontrados na planilha de Dados Brutos e que estes já estão sendo corrigidos e revistos para ser entregues no prazo proposto pela Câmara Técnica. Quanto a carta de tombamento, informou sobre a grande dificuldade encontrada pela Fundação Renova de receber a devolutiva da UFMG que é a instituição responsável pela devolutiva da carta de tombamento das espécies coletadas. Por esta razão solicita a não aplicação da penalidade. O Sr. Severino Alves, representante da secretaria do desenvolvimento social do Estado do Espírito Santo e membro do Comitê lembrou quanto ao objetivo principal da Fundação Renova e suas devidas ações para dar celeridade aos processos em tempo hábil.
Deliberação nº 385	Aprovado sem objeção.

8. Câmara Técnica de Biodiversidade (CT-BIO)	
8.2. Informe referente ao Ofício com sugestão de alteração de escopo ao Termo de Referência 4 - Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (Cláusula 165 do TTAC)	
Informe	O Sr. Frederico Martins, Coordenador da Câmara Técnica da Conservação da Biodiversidade, informou que a Câmara Técnica validou o Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática relacionada a Cláusula 165, com pequenas modificações de ajustes metodológicos, onde foi concluído o relatório anual e já iniciado as campanhas de sequência. Haverá uma Oficina de Revisão do TR4 no mês de março de 2020 onde haverá a possibilidade de alinhamento necessário para a apresentação de alteração da metodologia.

8. Câmara Técnica de Biodiversidade (CT-BIO)	
8.3 – Extra Pauta	
Discussão	O Sr. Frededrico Martins, Coordenador da Câmara Técnica da Conservação da Biodiversidade, apresentou a minuta de Deliberação quanto ao Período Chuvoso referente a Conservação da Biodiversidade, solicitando o acionamento do Plano

	de ação de forma imediata devido a grande mortandade de peixes após as fortes chuvas ao longo do rio Doce. Leitura da minuta de Deliberação. Colocado em Votação.
Deliberação nº 386	Aprovado sem objeção.

9. Câmara Técnica de Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)	
9.1. Processo de Revisão dos Programas acompanhados pela CT-IPCT.	
Discussão	<p>A Sra. Lígia Moreira, coordenadora da Câmara Técnica de Indígenas e Povos Tradicionais solicitou que o prazo para o processo de Revisão dos Programas acompanhados pela CT-IPCT fosse expandido por mais 4 meses. A secretária executiva do CIF, relatou que a CT-IPCT entrou em consenso com a Fundação Renova sobre a dilação do prazo de revisão, devido a necessidade em realizar reuniões nas comunidades para consultas prévias antes de realizar as oficinas de revisão dos programas.</p> <p>O Sr. Thiago Carrion, Presidente suplente do CIF ponderou que o a solicitação não impede o prosseguimento do processo de revisão, que deve ser contínuo, de se ultimar posteriormente visto as especificidades. Assim, sugeriu que o tema retorne a próxima reunião para análise e possível deliberação.</p>
Extra pauta	<p>Solicitação do fórum de prefeitos - limpeza dos municípios atingidos com as cheias.</p> <p>O Sr. Duarte Júnior, Prefeito de Mariana/MG, solicitou que fosse realizado uma reunião entre a Fundação Renova com o Fórum de Prefeitos e a representante do Comitê Pro Rio Doce para discussão e definição de transmite legais para possibilitar o início imediato das ações nos municípios atingidos pelo período chuvoso de 2020 que teve maior proporção devido à deposição de rejeito oriundo do rompimento da barragem de Fundão.</p> <p>O Sr. André Merlo, prefeito de Governador Valadares apresentou imagens da situação atual do município, relatando que estão sendo tomadas ações para comprovação de que a lama é proveniente da tragédia acontecida em 2015. Solicitou atenção da Fundação Renova para limpeza de Governador Valadares devido ao período chuvoso que causou enchente e atualmente um alto índice de poeira.</p> <p>O Sr. Thiago Carrion considerou delicado definir em reunião o que será feito para cada município em relação aos impactos do período chuvoso de 2020, visto que há particularidades em cada região. A representante do Comitê Pro Rio Doce, Luiza Barreto, relatou que as informações das necessidades para cada município foram apresentadas pelas prefeituras e que necessário entender junto à Fundação Renova se há viabilidade técnica para auxílio nas ações. Solicitou caráter de urgência à Fundação para tomada de decisão.</p> <p>O Sr. Antônio Matheus, representante das relações institucionais da Fundação Renova informou que Fundação Renova recebeu o documento elaborado pelo Comitê Pro Rio Doce e que ações estão sendo discutidas na governança interna da Fundação Renova. Informou que estão sendo feitas análises na lama de Governador Valadares para definição de ações no município.</p> <p>O representante membro do CIF pelo Espírito Santo solicitou acesso ao Plano de Ações do Período Chuvoso para identificar se o estado do Espírito Santo está incluído. Relatou interesse em acompanhar esse processo.</p> <p>A respeito da Deliberação nº378, o Sr. Leonardo Maia, promotor do Ministério Público Federal, realizou apelo a Fundação Renova relatando a necessidade da limpeza com suporte ao município no controle da poluição atmosférica e na destinação final ambientalmente adequada do material. Relatou também a necessidade de atenção com a nova mancha de inundação criada, visto que a Fundação Renova havia se posicionado com uma conotação restritiva ao citar o Plano de Ações do Período Chuvoso. Considerou que há uma questão sensível em relação ao lodo da estação de tratamento e solicitou que a Fundação Renova auxilie as empresas contratadas para realizar o tratamento da água.</p>
Encaminhamento E45-04	Pautar Deliberação para a próxima Reunião Ordinária do CIF quanto ao atendimento emergencial às prefeituras.

Extra Pauta	
Fundação Renova – Dilação do prazo da entrega da Elaboração de Proposta de Revisão dos Programas.	
Apresentação	<p>O Sr. Carlos Cenachi, representante do setor de Governança da Fundação Renova relatou sobre o Ofício apresentado ao Comitê Interfederativo solicitando postergação quanto a elaboração de proposta de definição de todos os programas, devido a necessidade de análises das etapas, uma vez que boa parte dos programas não possuía definição formalmente aprovada pelo sistema CIF, envolvendo objetivo, resultados esperados, indicadores e metas, onde o trabalho contribuiu para o avanço do entendimento do programa. Após as Oficinas, devido ao volume de informações e necessidade das análises no âmbito jurídico, financeiro e impacto no orçamento, não foi possível submeter ao conselho até o momento para as devidas aprovações e por este motivo houve necessidade de solicitar a postergação quanto a entrega para mais 60 dias (03 de maio de 2020), garantindo o cuidado quanto ao tempo necessário para as devidas avaliações. Colocado em Votação.</p>
Discussão	<p>O Presidente Suplente do Comitê Interfederativo se posicionou contrário ao pedido da Fundação Renova informando sobre o acórdão do TCU, determinando ao Comitê Interfederativo o prazo previsto no TTAC para a Revisão dos Programas. Também informou quanto a notificação recebida pela Fundação Renova referente ao atraso para o início das oficinas alegando que o processo não seria concluído se não fosse iniciado de imediato, e que por sua vez, a Fundação Renova respondeu que sua responsabilidade seria de terminar dentro do prazo estabelecido.</p> <p>A Sra. Patrícia Fernandes, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, apresentou preocupação devido ainda constar carência de informações referente alguns programas, os quais os técnicos das Câmaras não puderam analisar, havendo assim, complexidade no momento de aprovação desta revisão. Demais membros do Comitê Interfederativo realizaram manifestações quanto a necessidade de se cumprir o prazo estabelecido levando em consideração uma determinação do Tribunal de Contas da União, destacando porém, quanto a qualidade das informações, escopo definido e metas serem fundamentais.</p>
Encaminhamento E45-05	O Comitê Interfederativo entendeu por negar o pedido da Fundação Renova, mas viabilizar justificativa individualizada a ser avaliada em situação específica para cada programa que não estiver concluído em 03.03.2020, não sendo desde já admitido o uso de justificativa de procedimento interno da própria Fundação Renova e suas mantenedoras.

10. Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)	
10.1. Apresentação do Relatório da Operação WATU.	
Discussão	<p>O Sr. Gilberto Fialho, coordenador da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental relatou o principal objetivo da Operação Watu é acompanhar e fiscalizar as atividades de recuperação das áreas prioritárias e não prioritárias impactados pelo evento do rompimento da barragem de Fundão, buscando a estabilidade dos trechos percorridos e destacou as principais recomendações em relação aos trechos analisados durante a operação.</p> <p>Os membros do CIF consideraram que se os projetos de recuperação florestal estão sendo seguidos pela Fundação Renova e não estão surtindo efeito, eles precisam ser revisados.</p>

Extra Pauta	
Fundação Renova – Apresentação Ouvidoria	
Informe	<p>O Sr. Pedro, novo Ouvidor da Fundação Renova, informou que o setor de Ouvidoria ganhou um novo escopo com o intuito de melhoria contínua, tentando fazer com que este processo ganhe mais efetividade e resolutividade, podendo ter mais celeridade nos processos, destacando que sua estrutura está mais próxima do conselho curador. O Presidente suplente do CIF deu as boas vindas e falou sobre a expectativa do CIF na atuação do Ouvidor, que pode estar mais próximo aos atingidos e trazer respostas e andamento das questões por eles apresentadas, havendo abertura nas reuniões do CIF para sua manifestação.</p>

11. Comitê Gestor Pró Rio Doce (CG Pró-Rio Doce)	
11.1. Projetos estruturantes voltados à Recuperação da Bacia do Rio Doce - Agenda Integrada – Governo do Estado de Minas Gerais	
Discussão	<p>A Sra. Luisa Barreto, membro do CIF apresentou detalhes orçamentários sobre 5 projetos que contemplarão municípios de Minas Gerais e do Espírito, sendo eles: Estruturação do Hospital Regional de Governador Valadares; a implantação do Distrito Industrial nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado; estruturação das estradas do município de São José do Goiabal; o Programa de Residência em Gestão Pública do Rio Doce; e o projeto estruturante para o fortalecimento da educação pública na bacia do Rio Doce.</p> <p>O Sr. Romeu Zema, governador do Estado de Minas Gerais relatou que desde o início do seu governo tentou acompanhar de perto as ações da Fundação Renova e que foram feitas reuniões com os governos dos Estados de Minas e Espírito Santo. Considerou que os resultados melhoraram e que a tragédia de Mariana trouxe muito aprendizado com os erros cometidos e informou que Mariana e Brumadinho tem a mesma importância para seu governo e que os municípios atingidos podem contar com o Governo de Minas.</p> <p>O Sr. Sérgio Tonet, procurador geral de Minas Gerais, relatou que tem sido feito de tudo para reparação dos problemas ambientais na calha do rio Doce e também para a indenização das pessoas atingidas. Informou que as ações não vão parar até que os criminosos sejam punidos e até que a reparação seja feita por completa.</p> <p>O Sr. Germano Vieira, secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, agradeceu ao governador pelas ações tomadas em relação às tragédias que aconteceram em Minas Gerais e considerou que não é possível que o processo dê errado, visto que o acordo foi firmado com todos os atores presentes. Houve agradecimento dos membros do Comitê Interfederativo em relação a presença do Governador e às ações realizadas por ele.</p> <p>O Sr. Márcio Melo, representante da Defensoria Pública Federal parabenizou os projetos apresentados pelo Comitê Pro Rio Doce. Relatou que os atingidos estão se ressentindo por programas indenizatórios que estão paralisados desde 2018 de forma arbitrária e que são programas de subsistência alimentar.</p> <p>A Sra. Anna Galeb, membro do Comitê Interfederativo indicada pela Defensoria Pública, considerou que os programas compensatórios só podem ser pensados a partir da efetivação da participação dos atingidos de forma ampla e formal, que se dará com a contratação da Assessoria Técnica e participação das comissões de atingidos. Considerou ainda que o processo de governança não está acontecendo da forma correta, devido à falta de cumprimento da Fundação Renova e das mantenedoras e que se houvesse atendimento do TTAC e TAC-Gov haveria avanço de forma excepcional na reparação e compensação dos atingidos. Considerou ainda que é preciso pensar em proposta de desenvolvimento econômico e que há pessoas que querem retomar seus modos de vidas. Solicitou atenção do Governo com as demais localidades atingidas pela mineração.</p> <p>Aberta a palavra para pessoas atingidas, que assim se manifestaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Sra. Valeriana, de Naque, solicitou reunião entre o Governador do Estado de Minas Gerais e os atingidos. Relatou que a Fundação Renova não tem fornecido silagem para alimento dos animais e que ainda não houve pagamento dos pescadores de subsistência e por isso vários deles tem passado fome. Questionou que onde está a saúde da população atingida, visto que muitas pessoas estão morrendo. Relatou ainda que a população impactada pelo rompimento em 2015, foi novamente impactada pelo período chuvoso de 2020. • O Sr. Lelis Barreiros da Comissão de atingidos de Conselheiro Pena, solicitou participação mais direta dos atingidos em todos os programas promovidos pela Fundação Renova. Relatou que a saúde está precária em todas as cidades atingidas. Relatou que a Fundação Renova informou que não pagará os ilheiros, visto que as ilhas pertencem a União e solicitou atenção especial. Relatou ainda que o INSS está negando o direito previdenciário aos atingidos a margem do rio Doce, alegando que essas pessoas não estão em plena atividade pesqueira, solicitou auxílio do Governador de Minas. • A Sra. Maria Rosa, representante dos atingidos da cidade de Cachoeira Escura, relatou que a Fundação Renova não tem reconhecido as pessoas como atingidos e reforçou a necessidade desse reconhecimento. Solicitou que o Governador de Minas não meça esforços para fazer com que a Fundação Renova cumpra seu papel. Relatou sobre o remoção do rejeito que estava parado ao fundo do rio devido o período chuvoso. Solicitou que o Governo encontre uma forma em que os bancos possam dar auxílio aos atingidos para que se reergam.

	<ul style="list-style-type: none"> A Sra. Cristiane, de Barra Longa relatou que a Fundação Renova não está tomando providências em relação as trincas das residências do município. Informou que não há reconhecimento dos garimpeiros, bordadeiras e pescadores como atingidos e que muitos deles tem passado fome. Relatou que o período chuvoso de 2020 trouxe todo o rejeito parado ao longo da calha do rio Doce. A Sra. Joelma Fernandes, de Governador Valadares informou que a cidade esta sem água novamente, devido a quantidade de lama acumulada nas bombas de abastecimento. Solicitou que a Governo de Minas continue cuidando das minas para que não aconteçam novos acidentes. Solicitou audiência com os atingidos para entender a real situação e também auxílio ao município de Governador Valadares. <p>O Sr. Romeu Zema, governador do Estado de Minas Gerais informou que o encontro com os atingidos será realizado e se colocou à disposição dos atingidos. Informou que compartilha da dor vivida pelos atingidos e agradeceu aos relatos realizados.</p> <p>O Sr. Governador e comitiva deixaram a reunião, que teve prosseguimento com manifestação dos membros do Comitê e leitura das minutas de deliberação e sugestões de alteração.</p> <p>Amplio debate em relação à revisão de ofício para incluir medidas compensatórias em cláusulas de programas reparatórios e o contrário, com ponderação de abertura de precedentes.</p> <p>Os representantes do Estado do Espírito Santo, por razão de logística de voo tiveram que se ausentar em momento anterior à votação, registrando seu voto favorável aos pelitos do governo de Minas Gerais.</p>
Manifestação	A Sra. Isabella Guerreiro, representante da Fundação Renova não concordou com os prazos estabelecidos nas deliberações para acordo com os entes, e solicitou que todos fossem alterados para 60 dias.
Deliberação nº 386	Aprovada com alteração de texto, com objeções da Fundação Renova.
Deliberação nº 387	Aprovada com alteração de texto, com objeções da Fundação Renova.
Deliberação nº 388	Aprovada com alteração de texto, com objeções da Fundação Renova.
Deliberação nº 389	Aprovada com alteração de texto, com objeções da Fundação Renova.

3. Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)

3.2. Retificação da Deliberação nº 349/2019

Discussão	<p>O Sr. Felipe Michel, coordenador suplente da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Esporte e Lazer relatou que a Nota Técnica nº 32, discutida amplamente com representantes dos dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e de diversas entidades, tem o intuito de expandir o PG-11 que tem como objetivo a recuperação das escolas e reintegração da comunidade escolar, com uma nova componente compensatória que incluirá todos os municípios da Bacia do Rio Doce. Apresentou o fluxo de discussões para elaboração na Nota Técnica. Relatou que na Nota Técnica nº 18 havia uma provocação ao Comitê Iterfederativo para que a Fundação Renova elaborasse um programa de cunho educacional com recurso compensatório e o mesmo não foi feito, porém atualmente não há resistência por parte da Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Thiago Carrion, presidente suplente do CIF, afirmou que não se aplica nenhum valor compensatório em alguma ação que deveria ter sido feita como reparatório. Houve manifestação positiva por parte dos membros do CIF, em relação a apresentação do representante da CT-ECLET. Leitura minuta de Deliberação. Colocada em Votação.</p>
Deliberação nº 390	Aprovada com alteração de texto. Sem objeção.

Finalmente, às treze horas e trinta minutos do dia sete de fevereiro de 2020, o Presidente suplente do Comitê Interfederativo agradeceu a presença de todos dando como encerrada a 45ª Reunião Ordinária do CIF.



Documento assinado eletronicamente por **MOARA MENTA GIASSON, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 20/03/2020, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7132328** e o código CRC **B80FEA86**.